Processo n.º 358/2008

(Recurso Civil)

Data: 16/Outubro/2008

Requerente: A

Requerido: B

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I – RELATÓRIO

A (XXX), divorciada, de nacionalidade chinesa, residente na Austrália, XXX, XXX, XXX, Meadowbrook, Queensland 4131,

Vem propôr contra

B (XXX), divorciado, de nacionalidade chinesa, com residência habitual em Macau, R. XXX XXX, Ed. XXX, XXXº andar, “XXX”,

**ACÇÃO ESPECIAL DE REVISÃO DE DECISÃO DO EXTERIOR DE
MACAU,**

Alegando:

1º

No processo n.º (P)BRM7777/2006 do Tribunal Judicial Federal da Austrália foi proferida em 06 de Fevereiro de 2007 sentença de divórcio que declarou dissolvido o casamento celebrado entre Requerente e Requerido no dia 11 de Fevereiro de 1999 (doc. n.º 1).

2º

O fundamento do divórcio não consta do referido documento, por esta altura, nos termos da lei em vigor na Austrália, o único fundamento de divórcio ser a separação de facto por um período não inferior a 12 meses (sem declaração de culpa da parte de qualquer dos cônjuges), como se pode ver da declaração emitida pelo Tribunal de Família da Austrália e da petição inicial apresentada (Docs, n.ºs 2 e 3).

3º

A Requerente pretende a revisão para que a referida sentença produza efeitos em Macau, de forma a poder actualizar o estado civil no seu documento de identificação e a poder proceder a partilha dos bens comuns.

4º

Não há dúvidas sobre a autenticidade do documento de que consta a decisão que está devidamente datado e subscrito pelo autor, com assinatura reconhecida com o selo a óleo em uso no tribunal que a proferiu.

5º

A decisão é inteligível, pois apesar de dela não constar qualquer fundamento, por desnecessidade, já que só existe um fundamento para divórcio na Austrália que se tem que considerar por verificado para o divórcio proceder - a separação de facto por 12 meses-, tal fundamento consta da petição inicial apresentada e foi explicitado pelo tribunal, que para os devidos efeitos transcreveu na sua declaração a lei em vigor e aplicável ao caso.

6º

É final e definitiva, como na mesma declarado

7º

E, portanto, transitada em julgado, porque insusceptível de recurso ordinário.

8º

A competência do tribunal de onde provém também não foi em fraude à lei, pois a autora residia na Austrália.

9º

A decisão não recai sobre matéria da competência exclusiva dos tribunais da Região Administrativa Especial de Macau, pois não é relativa a direitos reais sobre imóveis situados em Macau, nem se destinou a declarar a falência ou insolvência de pessoas colectivas cuja sede se encontra em Macau.

10º

Assim, face às normas de conflitos de jurisdição em vigor em Macau, às quais se recorre "prima facie", para verificaL da competência do tribunal do exterior, é o mesmo

tribunal competente.

11º

Não podem ser invocadas excepções de litispendência ou caso julgado, pois nunca foi proposta acção com o mesmo objecto em tribunal da Região Administrativa Especial de Macau.

12º

O requerente foi devidamente citado, o que se presume na falta de prova em contrário.

13º

A decisão do exterior não implica ou conduz a resultado incompatível com os princípios da ordem pública em vigor na jurisdição de Macau, pois sequer há diversidade, já que aplicando a lei da Região Administrativa Especial de Macau que regula a matéria o resultado seria semelhante.

Nestes termos,

Deve a sentença proferida em 06 de Fevereiro de 2007 no processo n.º (P)BRM7777/2006 pelo Tribunal Judicial Federal da Austrália, que declarou dissolvido o casamento celebrado entre Requerente e Requerido, ser revista e confirmada.

Foi oportunamente citada o Requerido que não deduziu qualquer oposição.

O Digno Magistrado do Ministério Público pronuncia-se no sentido de não vislumbrar obstáculo à revisão em causa.

Foram colhidos os vistos legais.

II- PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

O Tribunal é o competente internacionalmente, em razão da matéria e da hierarquia.

As partes são dotadas de personalidade e capacidade judiciária, dispondo de legitimidade *ad causam*.

Inexistem quaisquer outras exceções ou questões prévias de que cumpra conhecer.

III- FACTOS

Com pertinência, têm-se por assentes os factos seguintes:

Relativamente ao processo de divórcio que correu seus termos no Tribunal Judicial Federal da Austrália, resulta o seguinte:

Ali se certifica a seguinte petição de divórcio:

“PETIÇÃO DE DIVÓRCIO

(N. T. Carimbo a oleo. Este serve para certificar que é uma cópia verdadeira do original que avistei. Data 04..01.08. Assinado [Assinatura ilegível]; Título JP. Carimbo a óleo JULGADO DE PAZ QUALIFICADO; *DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA E PROCURADORIA GERAL. Reg. No. 93423*)

(N.T. Carimbo a oleo. *TRIBUNAL JUDICIAL FEDERAL DA AUSTRÁLIA*)

Por favor dactilografe ou imprima claramente e marque com um todas as caixas que se apliquem. Anexe páginas extra se necessitar de mais espaço para a resposta às questões.

APRESENTADO NO – Tribunal Judicial Federal da Austrália

PARTE A Á CERCA DOS APLICANTES

1. QUEM FAZ ESTE PEDIDO

- **A mulher sómente**

PARTE B Á CERCA DA PRESENÇA EM TRIBUNAL

- **SE É O ÚNICO REQUERENTE E EXISTEM FILHOS DO CASAMENTO COM MENOS DE 18 ANOS TEM QUE COMPARECER NO TRIBUNAL.**

- **SE NÃO EXISTEM FILHOS DO CASAMENTO COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE OU SE ESTÁ A FAZER UMA PETIÇÃO CONJUNTA, COM OU SEM FILHOS, PODE REQUERER QUE A PETIÇÃO SEJA DECIDIDA NA SUA AUSÊNCIA.**

2. PRETENDE ESTAR PRESENTE EM TRIBUNAL QUANDO O MESMO DECIDIR A PETIÇÃO?

MARIDO - Não

MULHER - Não

Por favor note:

- Se não marcar qualquer caixa terá que comparecer no Tribunal.

- Ainda que marque a caixa "Não", se o Tribunal requerer mais informação pode ser-lhe ainda solicitado que compareça no Tribunal e a petição pode ser adiada para permitir a sua comparência..

PARTE C ACERCA DE MARIDO E MULHER

- Um só requerente - complete a coluna e o mais que possa da outra coluna.

- Requerentes conjuntos- complete ambas as colunas.

3. MARIDO _____ MULHER

Nome de família como usado agora

B

A

Nomes próprios

B

A

4. NOME COMPLETO COMO APARECE NO CERTIFICADO DE CASAMENTO

Nome de Família

B

A

Nomes próprios

B

A

5. QUANDO E EM QUE PAÍS NASCEU?

- MARIDO – 05/01/1968 – China

- MULHER – 10/04/1970 – China

6. É ABORIGENE E / OU NATURAL DA ILHA DO ESTREITO DE TORRES?

- MARIDO – Não

- MULHER – Não

7. EM QUE PAÍS NASCEU A SUA MÃE ?

- MARIDO – China

- MULHER – Malásia

8. EM QUE PAÍS NASCEU O SEU PAI ?

- MARIDO – China

- MULHER – China

9. PRECISA DE INTÉRPRETE ?

- MARIDO – Não

- MULHER – Não

10. SE PRECISAR DE INTÉRPRETE, QUAL A LÍNGUA E O DIALECTO?

NOTA: Se precisar de intérprete, deve avisar adiantadamente os funcionários do Tribunal da audiência de divórcio.

11. QUAL É A SUA OCUPAÇÃO HABITUAL?

- MARIDO – Médico praticante

- MULHER – Académica

12. O QUE É QUE DO SEGUINTE SE APLICA A SI E AO SEU CÓNJUGE?

- MARIDO –

- MULHER – * Eu vejo a Austrália como a minha casa e tenciono viver indefinidamente na Austrália.

* Sou cidadã Australiana.

* Normalmente vivo na Austrália e assim fiz nos 12 meses imediatamente anteriores a esta petição.

- Se a caixa de "Cidadão Australiano" é a única que marcou e não nasceu na Austrália, traga o seu passaporte ou certificado de cidadão consigo quando apresentar este impresso.

- Se é cidadão Australiano por nascimento mas não residiu na Austrália nos 12 meses imediatamente anteriores á apresentação deste requerimento traga o passaporte ou cópia do certificado de nascimento quando apresentar este impresso.

13. SE NASCEU NOUTRO PÁIS, QUANDO COMEÇOU A VIVER NA AUSTRÁLIA E HÁ QUANTO TEMPO VIVE NA AUSTRÁLIA?

Data de Chegada

- MARIDO –

- MULHER – 07/09/1996

14. QUAL É O SEU ENDEREÇO DE CONTACTO (ENDEREÇO PARA NOTIFICAÇÃO) NA AUSTRÁLIA?

Não precisa de dar o seu endereço residencial. Pode dar outro endereço no qual confie que vai receber os documentos.

- MARIDO –

- MULHER – c/ - XXX Law-Solicitadores

XXX XXX

Paddington

State Qld.

Código Postal XXXX

Tel. : XXX

Fax. : XXX

DX Código de Advogado ROB XXXXX

* Por favor não inclua e-mail ou fax excepto se estiver disposto a receber os documentos do Tribunal e de outras partes dessa forma.

PARTE D ACERCA DO CASAMENTO

EM QUE DATA, EM QUE VILA / CIDADE E EM QUE PAÍS SE CASARAM?

- MARIDO – 11/2/1999, Foshan/Guangdong, China
- MULHER – 11/2/1999, Foshan/Guangdong, China

Se casou há menos de dois anos e quer requerer o divórcio, existem requisitos específicos que tem que preencher antes de poder fazer este requerimento. Veja Parte F para detalhes.

PARTE E ACERCA DA SEPARAÇÃO

Antes de completar os itens 16 a 20 leia cuidadosamente a seguinte informação acerca da separação. Tem que estar separado do seu cônjuge há pelo menos 12 meses anteriormente à data em que assinar esta petição e a apresentar em Tribunal.

* É possível viver sob o mesmo tecto e ainda estar separado (a isto chama-se "separação sob o mesmo tecto"). Isto pode acontecer se você e o seu cônjuge decidiram que o casamento está acabado e estão a viver independentemente um do outro. Por exemplo, se já não partilham as usuais actividades do casamento como sexo, comer juntos, fazer as tarefas domésticas um para o outro, partilhar as finanças e sair juntos.

Se esta é a situação, o Tribunal requererá prova para fundamentar as suas alegações de que você e o seu cônjuge estão separados sob o mesmo tecto. Isto pode incluir prova por outra pessoa como um vizinho, amigo ou familiar que esteja ciente das circunstâncias. Você e a pessoa que prestar prova devem pôr tal prova em affidavit que deve ser apresentado com a sua petição.

É possível viver fisicamente separado e não estar "separado" - por exemplo, se o seu cônjuge trabalha longe de casa, está no hospital ou na cadeia. Nestas situações, a data da separação será usualmente a data em que um de vocês decidiu que o casamento estava acabado e o comunicou ao cônjuge.

O período mínimo para separação é um ano. No entanto, se viveram juntos como marido e mulher por um período até 3 meses após a separação então pode usar os períodos de separação anteriores e posteriores a haverem vivido de novo juntos como marido e mulher para calcular os requeridos 12 meses de separação para divórcio.

Exemplo 1

Primeira separação por 6 meses
Juntos de novo por 3 meses
Separação final por 6 meses

Exemplo 2

OU Primeira separação por 3 meses
Juntos de novo por 2 meses
Separação final por 9 meses

Em ambos os exemplos os períodos totais de separação são de 12 meses e o divórcio pode ser requerido.

Se necessário acrescente páginas extra para explicar as circunstâncias, numerando com o mesmo número da pergunta a que se refere.

16. QUANDO SE SEPARARAM?

28/02/2005

17. A DATA QUE ESCREVEU NO ITEM 16 É A DATA EM QUE CONSIDERA O CASAMENTO TERMINADO?

- Sim - VÁ PARA O ITEM 18

18. DESDE QUE VOCÊ E O SEU CONJUGE SE SEPARARAM, VIVERAM SOB O MESMO TECTO MAS NÃO COMO MARIDO E MULHER?

- Sim Forneça os seguintes detalhes

- De 29/12/2005 a 12/01/2006, duração – 2 semanas

19. A QUALQUER TEMPO APÓS A SEPARAÇÃO, VOCÊ E O SEU CÔNJUGE VIVERAM JUNTOS COMO MARIDO E MULHER?

- Não - VÁ PARA O ITEM 20

20. JULGA PROVÁVEL QUE VIVAM JUNTOS DE NOVO COMO MARIDO E MULHER?

- Não

PARTE F CERTIFICADO DE ACONSELHAMENTO PARA REQUERENTES CASADOS HÁ MENOS DE 2 ANOS

21. DECORRERAM MENOS DE DOIS ANOS DESDE QUE SE CASARAM?

- Não - VÁ PARA A PARTE G

PARTE G ACERCA DE OUTROS CASOS E ORDENS JUDICIAIS

Antes de o Tribunal decidir o seu Requerimento para Divórcio, precisa saber:

22. EXISTEM QUAISQUER OUTROS CASOS PENDENTES NESTE OU EM QUALQUER OUTRO TRIBUNAL ACERCA DE DIREITO DA FAMÍLIA, ALIMENTOS DE MENORES, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU BEM ESTAR DE MENORES QUE ENVOLVAM QUALQUER DAS PARTES OU QUALQUER DOS FILHOS LISTADOS NESTE IMPRESSO?

- Não - VÁ PARA O ITEM 23

23. EXISTEM SENTENÇAS ACTUAIS, ACORDOS, PLANOS OU COMPROMISSOS SOBRE PODER PATERNAL NUM TRIBUNAL ACERCA DE DIREITO DA FAMÍLIA, ALIMENTOS DE MENORES VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU BEM ESTAR DE MENORES QUE ENVOLVAM QUALQUER DAS PARTES OU QUALQUER DOS FILHOS LISTADOS NESTE IMPRESSO?

- Não VÁ PARA O ITEM 24

PARTE H SOBRE OS FILHOS MENORES DE 18

A informação que precisa fornecer nesta parte é somente usada pelo Tribunal para decidir da sua petição de divórcio. Qualquer petição ao Tribunal acerca de providências relativas aos filhos deve ser feita em requerimento separado

O Tribunal só pode decretar divórcio quando satisfeito que existem acordos convenientes para todos *os* filhos menores de 18 anos ao tempo da petição, *ou* que existem razões especiais pelas quais *o* divórcio deve ser decretado. Isto significa que necessita de fornecer informação detalhada acerca do alojamento, contacto, suporte financeiro, saúde e educação de todos *os* filhos menores de 18 anos de idade ao tempo da petição, incluindo para:

- Quaisquer filhos seus e de seu cônjuge nascidos antes do casamento *ou* separação
- Filhos adoptados pelo seu cônjuge
- Quaisquer *outros* menores (incluindo filhos de nenhum de vós) que seja tratado como membro da vossa família imediatamente antes da vossa separação final.

Deve fornecer a informação separadamente para cada um dos menores (por exemplo, Menor I, Menor 2, Menor 3 e assim por diante). Se não puder fornecer essa informação por si, deve solicitá-la á pessoa com quem *os* menores estejam a viver e completar um affidavit contendo a informação e apresentá-lo ao Tribunal. Se não puder fornecer informação suficiente então deve preparar-se para informar *o* Tribunal das razões e tentativas que fez para obter tal informação. Senão *o* Tribunal poderá adiar a sua petição até que *o* faça.

24. QUANTOS FILHOS EXISTEM DO SEU CASAMENTO ACTUALMENTE MENORES DE 18 ANOS (INCLUINDO MENORES QUE SEJAM TRATADOS COMO MEMBROS DA VOSSA FAMÍLIA QUANDO SE SEPARARAM DA ÚLTIMA VEZ)?

- Nenhum

Se nenhum, vá para a Parte I, na página 11, e remova as páginas 7-10.

*

PARTE I AFFIDAVIT DO REQUERENTE

POR FAVOR NÃO COMPLETE ESTA PARTE DO IMPRESSO ATÉ ESTAR COM UMA PESSOA QUE POSSA LEGALMENTE TESTEMUNHAR A SUA ASSINATURA – POR FAVOR NÃO ASSINE EXCEPTO SE DECORRIDOS NO MÍNIMO 12 MESES DESDE A DATA DA SEPARAÇÃO

Deve completar o seguinte affidavit. Deve assinar na presença de um Juiz de Paz, notário público, ou advogado. A pessoa que testemunhar a assinatura preencherá o local e a data.

Marido e mulher devem ambos assinar o affidavit SÓ se requerem conjuntamente. Podem fazê-lo perante pessoas diferentes em tempos diversos ou perante a mesma testemunha na mesma ocasião. Se só um requer o divórcio, só esse assina o affidavit. Não tem que pedir ao cônjuge.

MARIDO -

MULHER - Eu juro / afirmo que :

- * Sou o requerente
- * Li este requerimento
- * Os factos de que tenho conhecimento pessoal são verdadeiros.
- * todos os outros factos são verdadeiros tanto quanto é do meu conhecimento, informação e crença
- * Assinatura da mulher – (Assinatura ilegível)
- * Local – Brisbane
- * Data – 25/09/2006
- * Perante mim (assinatura da testemunha) – (Assinatura ilegível)

* Nome completo da testemunha – C, Advogado

PARTE J DECLARAÇÃO DO SEU ADVOGADO

Se estiver a apresentar a petição por si então não precisa de completar esta parte. No entanto assegure-se que recebe uma cópia informativa da brochura Casamento, Famílias e Separação. O pessoal do registo dar-lhe-á esta brochura quando apresentar a petição. Se um advogado estiver a apresentar a petição por si então o advogado deve dar-lhe uma cópia da brochura e completar e assinar a declaração que se segue.

Dei ao(s) requerente(s) uma cópia da brochura Casamento, Famílias e Separação

Assinatura do advogado – (Assinatura ilegível)

Imprima nome completo – C

Data – 25/09/2006

Esta petição foi preparada por - Advogado, ROB XXXXX, IMPRIMA NOME E CÓDIGO DE ADVOGADO

*

Eu, Mark Iam, *Juiz* de Paz no Estado de New South Wales, certifico que esta é uma cópia verdadeira do documento original que conferi.

Assinatura: (Assinatura)

Data: 02/06/2000”

Do processo consta o seguinte certificado de casamento;

“LANGUAGESERVICES

Comissão dos Negócios Étnicos

Traduzido do: Cópia certificada

Número do trabalho: 193020.00/2000

EXTRACTO DE CERTIFICADO DE CASAMENTO

Número de Registo de Entrada - F.H.Z. N.º XXX

Entidade emitente - Governo Popular da Municipalidade de Foshan

Data de emissão - 11 de Fevereiro de 1999

Local de emissão (incluindo país) - Foshan, Guangdong, China

Particularidades do casamento

Data do casamento - 11 de Fevereiro, 1999

Local do casamento (incluindo país) - Foshan, Guangdong, China

Tipo de cerimónia - Civil

Particularidades pessoais

Nome(s) próprio(s) :

- **Noivo – B**

- **Noiva – A**

Apelido(s) :

- **Noivo –B**

- **Noiva – A**

Data de nascimento ou Idade :

- **Noivo – 5 de Janeiro de 1968**

- **Noiva – 10 de Abril de 1970**

Local de nascimento / nacionalidade :

- **Noivo – Não mencionado / Chinesa**

- **Noiva – Não mencionado / Chinesa**

Estado civil :

- **Noivo – Não mencionado**

- **Noiva – Não mencionado**

Nome do Pai :

- **Noivo – Não mencionado**

- **Noiva – Não mencionado**

Nome da Mãe (de solteira) :

- **Noivo – Não mencionado**

- **Noiva – Não mencionado**

Outra Informação Relevante no Documento Fonte

Passaporte do Noivo N.º XXX

Passaporte da Noiva N.º XXX

Detentor : **B** (Marido)

Certificado ser uma tradução exacta do(s) documento(s) anexo(s) :

Tradutor : (Assinatura ilegível)

Editor : (Assinatura ilegível)

Funcionário encarregue : (Assinatura ilegível)

Data : 08/05/2008”

O divórcio mostra-se certificado nos seguintes termos:

“NO TRIBUNAL JUDICIAL FEDERAL DA AUSTRÁLIA

Processo n.º (P)BRM7777/2006

EM BRISBANE

No casamento entre:

B (Marido)

E

A (Mulher)

Relativamente ao casamento celebrado em onze de Fevereiro de 1999 certifico que a sentença de divórcio emitida pelo Tribunal em seis de Fevereiro de 2007 produz efeitos desde

sete de Março de 2007.

(N.T.: Carimbo a óleo- TRIBUNAL JUDICIAL FEDERAL DA AUSTRÁLIA)

NOTAS:

1. Se uma das partes do casamento se propõe requerer ao Tribunal relativamente à propriedade ou alimentos para si tal requerimento deve ser submetido dentro de 12 meses após o divórcio produzir efeitos. Após tal prazo tal requerimento não pode ser feito sem primeiro obter autorização do Tribunal para tal.

2. A dissolução do casamento pode revogar ou de outro modo afectar a actuação do Testamento de uma parte. As partes devem obter aconselhamento legal sobre a sua posição sob a lei do Estado ou Território em causa.

XXX SOLICITADOR

CAIXA POSTAL XXX

PADDINGTON QLD XXXX

Certifico que o documento incluso baseado nos registos informáticos do Tribunal contém elementos correctos de um Certificado de Divórcio de Casamento concedido pelo Tribunal Judicial Federal da Austrália em 6 de Fevereiro de 2007 e de um memorando de que o mesmo Certificado de Divórcio se tomou definitivo em 7 de Março de 2007.

(Assinatura)

Registador

Tribunal Judicial Federal da Austrália

15.03.2007”

IV - FUNDAMENTOS

O objecto da presente acção - *revisão de sentença proferida em processo de divórcio pelo Tribunal da Austrália*, de forma a produzir aqui eficácia, passa pela análise das seguintes questões:

1. Requisitos formais necessários para a confirmação;
2. Colisão ou não com matéria da exclusiva competência dos Tribunais de Macau;
3. Compatibilidade com a ordem pública;

*

1. Prevê o artigo 1200º do C. Processo Civil:

“1. Para que a decisão proferida por tribunal do exterior de Macau seja confirmada, é necessária a verificação dos seguintes requisitos:

a) Que não haja dúvidas sobre a autenticidade do documento de que conste a decisão nem sobre a inteligibilidade da decisão;

b) Que tenha transitado em julgado segundo a lei do local em que foi proferida;

c) Que provenha de tribunal cuja competência não tenha sido provocada em fraude à lei e não verse sobre matéria da exclusiva competência dos tribunais de Macau;

d) Que não possa invocar-se a excepção de litispendência ou de caso

julgado com fundamento em causa afecta a tribunal de Macau, excepto se foi o tribunal do exterior de Macau que preveniu a jurisdição;

e) Que o réu tenha sido regularmente citado para a acção, nos termos da lei do local do tribunal de origem, e que no processo tenham sido observados os princípios do contraditório e da igualdade das partes;

f) Que não contenha decisão cuja confirmação conduza a um resultado manifestamente incompatível com a ordem pública.

2. O disposto no número anterior é aplicável à decisão arbitral, na parte em que o puder ser.”

Com o Código de Processo Civil (CPC) de 1999, o designado privilégio da nacionalidade ou da residência - aplicação das disposições de direito privado local, quando este tivesse competência segundo o sistema das regras de conflitos do ordenamento interno - constante da anterior al. g) do artigo 1096º do CPC, deixou de ser considerado um requisito necessário, passando a ser configurado como mero obstáculo ao reconhecimento, sendo a sua invocação reservada à iniciativa da parte interessada, se residente em Macau, nos termos do artigo 1202º, nº2 do CPC.

A diferença, neste particular, reside, pois, no facto de que agora é a parte interessada que deve suscitar a questão do tratamento desigual no foro exterior à R.A.E.M., facilitando-se assim a revisão e a confirmação das decisões proferidas pelas autoridades estrangeiras, respeitando a soberania das outras jurisdições, salvaguardando apenas um núcleo

formado pelas matérias da competência exclusiva dos tribunais de Macau e de conformidade com a ordem pública.

Não se conhecendo do fundo ou do mérito da causa, na revisão formal, o Tribunal limita-se a verificar se a sentença estrangeira satisfaz certos requisitos de forma e condições de regularidade¹, pelo que não há que proceder a novo julgamento tanto da questão de facto como de direito.

Dúvidas não resultam quanto aos fundamentos legais da decisão proferida à luz do ordenamento australiano, tendo sido até junta nota da legislação aplicável e que se transcreve:

“O Acto da Lei de Família de 1975, lei do Governo Federal da Austrália estabeleceu o princípio de divórcio sem culpa na lei Australiana.

Isto significa que o Tribunal não atende a quem é o cônjuge culpado na ruptura do casamento. O único fundamento para divórcio é a ruptura irremediável da relação demonstrada pela separação por 12 meses.

Por favor veja abaixo a secção relavante do Acto da Lei de Família 1975 de 1975.

ACTO DA LEI DE FAMÍLIA 1975 - SECÇÃO 48

¹ - Alberto dos Reis, Processos Especiais, 2º, 141; Proc. nº 104/2002 do TSI, de 7/Nov/2002

Dissolução do casamento

SEC

PARTE VI - DISSOLUÇÃO E NULIDADE DO CASAMENTO

48. (1) O pedido nos termos deste Acto de uma das partes do casamento para uma sentença de dissolução deve ser baseado no fundamento de que o casamento está irremediavelmente comprometido.

(2) Nos termos da subsecção (3), num processo instaurado por um tal pedido, o fundamento deve ser considerado estabelecido e a sentença de divórcio proferida, se, e só quando, o tribunal estiver satisfeito que as partes se separaram e doravante viveram separada e isoladamente por um período contínuo não inferior a 12 meses imediatamente precedente à data da apresentação do pedido para a dissolução do casamento.

(3) A sentença de dissolução de casamento não deve ser proferida se o tribunal considerar que há uma razoável probabilidade de reinício da coabitação.

ACTO DA LEI DE FAMÍLIA 1975 - SECÇÃO 49

Noção de separação

SEC

49. (1) Considerar-se-á que as partes de um casamento se encontram separadas não obstante a coabitação ter sido finda por acção ou comportamento de uma só das partes.

(2) Considerar-se-á que as partes de um casamento se encontram separadas e viveram separada e isoladamente não obstante haverem continuado a residir na mesma morada ou qualquer das partes haver prestado à outra alguns serviços domésticos.”

Vejam os requisitos previstos no artigo 1200º do CPC.

Autenticidade e inteligibilidade da decisão.

Parece não haver dúvidas de que se trata de um documento autêntico devidamente selado e traduzido, certificando-se uma decisão proferida pelo Tribunal da Austrália, de 6 de Fevereiro de 2007, cujo conteúdo facilmente se alcança, em particular no que respeita à parte decisória - dissolução do casamento -, sendo certo que é esta que deve relevar.²

Quanto aos requisitos relativos ao **trânsito em julgado**, competência do tribunal do exterior, ausência de litispendência ou de caso julgado, citação e garantia do contraditório, dispõe o artigo 1204º do CPC:

“O tribunal verifica oficiosamente se concorrem as condições indicadas nas alíneas a) e f) do artigo 1200º, negando também oficiosamente a confirmação quando, pelo exame do processo ou por conhecimento derivado do exercício das suas funções, apure que falta algum dos requisitos exigidos nas alíneas b), c), d) e e) do mesmo preceito”.

² - Ac. STJ de 21/12/65, BMJ 152, 155

Tal entendimento já existia no domínio do Código anterior³, entendendo-se que, quanto àqueles requisitos, geralmente, bastaria ao requerente a sua invocação, ficando dispensado de fazer a sua prova positiva e directa, já que os mesmos se presumiam⁴.

É este, igualmente, o entendimento que tem sido seguido pela Jurisprudência de Macau.⁵

Ora, nada resulta dos autos ou do conhecimento officioso do Tribunal, no sentido da não verificação desses requisitos que assim se têm por presumidos.

Resulta até dos documentos juntos que a sentença proferida produziu efeitos a partir de 7 de Março de 2007.

2. Já a matéria da **competência exclusiva** dos Tribunais de Macau está sujeita a indagação, implicando uma análise em função do teor da decisão revidenda, à luz, nomeadamente, do que dispõe o artigo 20º do CC:

“A competência dos tribunais de Macau é exclusiva para apreciar:

a) As acções relativas a direitos reais sobre imóveis situados em Maca

³ - cfr. artigo 1101º do CPC pré-vigente

⁴ - Alberto dos Reis, ob. cit., 163 e Acs do STJ de 11/2/66, BMJ, 154-278 e de 24/10/69, BMJ, 190-275

⁵ - cfr. Ac. TSJ de 25/2/98, CJ, 1998, I, 118 e jurisprudência aí citada, Ac. TSI de 27/7/2000, CJ 2000, II, 82, 15/2/2000, CJ 2001, I, 170, de 24/5/2001, CJ 2001, I, 263 de 11/4/2002, proc. 134/2002 de 24/4/2002, entre outros

b) As acções destinadas a declarar a falência ou a insolvência de pessoas colectivas cuja sede se encontre em Macau.”

Ora, facilmente se observa que nenhuma das situações contempladas neste preceito colide com o caso *sub judice*, tratando-se aqui da revisão de um divórcio requerido apenas por um dos cônjuges e não contestado pela outra parte.

3. Da ordem pública.

Não se deixa de ter presente a referência à ordem pública, a que alude o art. 273º, nº2 do C. Civil, no direito interno, como aquele conjunto de “*normas e princípios jurídicos absolutamente imperativos que formam os quadros fundamentais do sistema, pelo que são, como tais, inderrogáveis pela vontade dos indivíduos.*”⁶E se a ordem pública interna restringe a liberdade individual, a ordem pública internacional ou externa limita a aplicabilidade das leis exteriores a Macau, sendo esta última que relevará para a análise da questão.

No caso em apreço, em que se pretende confirmar a sentença que dissolveu o casamento, decretando o divórcio entre o ora Requerente e a sua esposa, não se vislumbra que haja qualquer violação ou incompatibilidade com a ordem pública.

Aliás, sempre se realça que o nosso direito substantivo prevê a dissolução do casamento, até por mútuo consenso, constatando-se da

⁶ -João Baptista Machado, Lições de DIP, 1992, 254

documentação que se alegou que o casamento chegou a um ponto em que já não era possível continuar, alegação que não sofreu contestação.

O pedido de confirmação de sentença do Exterior não deixará, pois, de ser procedente.

V - DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam conceder a revisão e confirmar a sentença do Tribunal Judicial Federal da Austrália, de 6 de Fevereiro de 2007, que produziu efeitos desde 7 de Março de 2007, nos seus precisos termos.

Custas pela requerente.

Macau, 16 de Outubro de 2008

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong

Vencido apenas quanto às custas que entendo ser da responsabilidade de ambas as partes por terem dado causa à acção em que foi proferida a sentença revidenda.